

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2013
AES Uruguiana Empreendimentos S.A.
CNPJ 01.600.202/0001-37



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

Prezados Acionistas,

A administração da AES Uruguiana Empreendimentos S.A. ("AES Uruguiana" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis, acompanhadas do Relatório de Auditoria dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas aplicáveis às concessionárias e autorizadas de Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Perfil

A AES Uruguiana iniciou suas atividades em 2000 na cidade de Uruguiana, no Estado do Rio Grande do Sul e está autorizada a operar como produtora independente pelo prazo de 30 anos, contados a partir de 26 de junho de 1997. A usina tem capacidade instalada de 639,9 MW (megawatts) e possui duas turbinas de combustão com capacidade de 187,5 MW cada e uma turbina a vapor com capacidade de 265 MW. A geradora está com suas atividades paralisadas desde abril de 2009 devido à interrupção total do fornecimento de gás por parte da sua única fornecedora, a empresa argentina Yacimientos Petrolíferos y Fiscales S.A. ("YPF"), o que aconteceu em maio de 2008. Essa interrupção determinou a paralisação das atividades operacionais ("Hibernação") da usina a partir de abril de 2009. Desde então são realizadas manutenções necessárias para que a planta possa retornar à sua operação normal. Ainda em 2009 a Companhia apresentou requerimento de arbitragem contra a YPF pelo término do contrato de exportação, pleiteando o pagamento de indenização. A decisão favorável deu-se em maio de 2013, porém o litígio segue em discussão na corte arbitral e sua conclusão está prevista para 2015. No final de 2012, o Ministério de Minas e Energia ("MME"), em conjunto com a AES Uruguiana, Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobrás"), Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul ("Sulgás"), TSB ("Transportadora Sulbrasileira de Gás") e Operador Nacional do Sistema ("ONS"), iniciou as negociações para o retorno da operação da usina. Em dezembro de 2012, a Companhia recebeu autorização para retornar à operação da usina por um período de 60 dias. As operações foram iniciadas parcialmente em 06 de fevereiro de 2013 com a geração, neste primeiro período, de 164 MW e, no segundo período, de 244 MW, com o acionamento da operação em ciclo combinado.

Desempenho Operacional

Devido à interrupção no fornecimento de gás natural, em abril de 2009, a AES Uruguiana interrompeu sua operação e iniciou o programa de manutenção e conservação da usina. Essa decisão foi tomada visando à redução de custos e a preparação da usina para uma possível retomada de atividades no futuro, em havendo disponibilidade de gás. O reconhecimento da necessidade de geração de forma excepcional e temporária da usina pelo MME em 2013, durante os meses de fevereiro e março de 2013, demandou investimentos para retirar a usina do estado de Hibernação. Tais investimentos foram ressarcidos por meio de Encargos de Serviço do Sistema (ESS) no valor de R\$ 22,5 milhões, na contabilização de setembro relativos aos custos fixos necessários à retomada de disponibilidade da usina.

Desempenho Comercial

Atualmente, a AES Uruguiana permanece com as suas atividades paralisadas por conta da indisponibilidade de gás. O retorno da operação comercial em 2013 teve um caráter temporário e excepcional. No entanto, a Administração da Companhia trabalha em alternativas para viabilizar o retorno comercial da usina e sua operação de longo prazo, em ciclo combinado.

Desempenho Econômico Financeiro

O retorno da operação comercial da usina durante os meses de fevereiro e março de 2013, resultou em uma geração líquida de 96,7 GWh e 142,3 GWh nos respectivos meses, a Companhia apresentou uma receita bruta de R\$ 188,9 milhões no ano de 2013. Como a Companhia estava em período de Hibernação em 2012, a mesma não apresentou receita no período.

Os custos e despesas operacionais da AES Uruguiana, incluindo depreciação, totalizaram R\$ 49,5 milhões em 2013 contra R\$ 23,1 milhões em 2012, devido, principalmente, à reversão da provisão dos valores de contas a pagar à YPF de R\$ 122 milhões, no primeiro semestre de 2013. Excluído esse efeito, os custos e despesas operacionais totalizariam R\$ 171 milhões, basicamente com o custeio do gás comprado para a geração temporária de energia. O EBITDA totalizou R\$ 145,0 milhões em 2013 ante R\$ 1,6 milhões em 2012 explicado, principalmente, pelos efeitos mencionados anteriormente. O resultado financeiro líquido da AES Uruguiana totalizou uma receita de R\$ 18,1 milhões em 2013 ante uma receita de R\$ 8,1 milhões em 2012. Tal resultado se deve basicamente à receita com variação monetária sobre a reversão da provisão dos valores de contas a pagar à YPF no valor de R\$ 10,3 milhões, parcialmente compensada pela menor receita financeira (R\$ 12,9 milhões em 2013 ante R\$ 14,6 milhões em 2012). A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 138,4 milhões em 2013 ante um prejuízo de R\$ 15,1 milhões em 2012 devido, principalmente, aos efeitos mencionados anteriormente.

Investimentos

A operação excepcional e temporária da usina em fevereiro e março de 2013 requereu investimentos para retirar a usina do estado de hibernação. Porém, tais investimentos não foram significativos no ano.

Gestão Socioambiental

A AES Uruguiana foi a primeira usina termelétrica a operar com gás natural no Brasil, em 2000. Um de seus compromissos é a gestão dos impactos de suas atividades no meio ambiente, contribuindo diretamente para o desenvolvimento sustentável das comunidades ao seu redor. A Companhia adota as diretrizes do Sistema de Gestão Integrado ("SGI") contemplando as normas ISO 14001:2004 (Meio Ambiente) e BS OHSAS 18001:2007 (Saúde e Segurança do Trabalho) do grupo AES no Brasil, sendo que durante a reativação temporária da usina em fevereiro e março de 2013, as atividades e os sistemas de monitoramento e gestão foram efetivados. O SGI da Companhia oferece uma sistemática de melhoria contínua por meio do desenvolvimento de objetivos, metas e programas de gestão, padronizando, assim, os processos e as atividades da empresa, especialmente as que oferecem maiores riscos à saúde e segurança dos colaboradores e ao meio ambiente.

Auditoria Independente

Ao longo do exercício de 2013, a AES Uruguiana utilizou os serviços de auditoria independente da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para a realização de outros trabalhos de auditoria, em adição à auditoria de suas demonstrações contábeis e revisão especial de suas informações semestrais. (i) Natureza do serviço: Auditoria dos Projetos concluídos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE, elaborados segundo as normas das Resoluções ANEEL N° 300/2008 e 316/2008. Data da contratação: 26 de abril de 2013. O valor total do serviço descrito acima soma R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e equivale a 16,39% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Os serviços descritos acima possuem prazo de contratação inferior a um ano. A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da KPMG, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil. Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Uruguiana, 25 de fevereiro de 2014

BALANÇOS PATRIMONIAIS							
31 de dezembro de 2013 e 2012							
(Valores Expressos em milhares de reais - R\$)							
	Notas	2013	2012		Notas	2013	2012
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.229	7.151	Fornecedores	12	7.837	134.922
Investimentos de curto prazo	4	67.866	167.201	Outros tributos a pagar		136	409
Outras contas a receber	5.1	4.248	4.248	Obrigações estimadas		554	754
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.2	(4.248)	(4.248)	Obrigações sociais e trabalhistas		32	23
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	7.706	3.801	Provisões para processos judiciais		15	71
Devedores diversos				Pesquisa e desenvolvimento		14	1.617
Outros tributos compensáveis				Outras obrigações			931
Outros créditos	7	387	2	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		10.248	137.223
Despesas pagas antecipadamente				NÃO CIRCULANTE			
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		85.490	178.398	Contas a pagar por compra de energia - CCEE	6	70.887	70.887
NÃO CIRCULANTE				Provisões para processos judiciais	15	453	1.077
Consumidores, revendedores e permissionárias	6	33.121	33.121	Pesquisa e desenvolvimento	14	82	511
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	—	3.335	Obrigações estimadas		45	26
Outros tributos compensáveis	9	—	3.418	Outras obrigações		12	11
Cauções e depósitos vinculados	15	134	102	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		71.459	72.512
Outros créditos	7	53.952	54.173	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	8	(53.952)	(54.173)	Capital social subscrito e integralizado	16	8.562	1.015.223
Imobilizado, líquido	10	399.848	422.736	Reserva de capital	16.b	100	100
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	11	(399.848)	(422.713)	Reserva de lucros			
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		33.255	39.999	Reserva legal	16.b	1.712	—
TOTAL DO ATIVO		118.745	218.397	Reserva de dividendos não distribuídos	16.b	26.664	—
				Prejuízos acumulados		—	(1.006.661)
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		37.038	8.662
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		118.745	218.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS			
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012			
(Valores Expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)			
	Notas	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	169.755	—
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo com energia elétrica/gás			
Energia elétrica comprada para revenda		(3.997)	(1.170)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição		(563)	—
Taxa de fiscalização		(1.239)	(1.373)
Gás comprado para geração de energia elétrica	18	(13.507)	(20)
Custo de operação			
Pessoal e administradores		(2.279)	(2.134)
Entidade de previdência privada		(3)	(1)
Serviços de terceiros		(20.504)	(12.763)
Material		(4.036)	(2.352)
Provisão/Reversão para processos judiciais		392	1.481
Reversão para redução ao provável valor de recuperação dos ativos	11	23.086	20.254
Depreciação e amortização	10	(24.737)	(24.680)
Outros custos	19	(2.110)	(366)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(49.497)	(23.124)
RESULTADO DO SERVIÇO		120.258	(23.124)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	12.876	14.608
Despesas financeiras	20	(1.541)	(207)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	20	6.783	(6.309)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		18.118	8.092
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		138.376	(15.032)
Contribuição social diferida	21	—	(8)
Imposto de renda diferido	21	—	(21)
TOTAL DOS TRIBUTOS		—	(29)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		138.376	(15.061)
Quantidade ações ON		1.015.222,739	1.015.222,739
Resultado por ação - básico e diluído		0,136	(0,015)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012			
(Valores Expressos em milhares de reais - R\$)			
	2013	2012	
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	138.376	(15.061)	
Total dos resultados abrangentes do exercício	138.376	(15.061)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012			
(Valores Expressos em milhares de reais - R\$)			
	2013	2012	
Atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício			138.376 (15.061)
Depreciação e amortização			24.737 24.680
Variações monetárias e cambiais			(7.362) 6.154
Provisão (reversão) para processos judiciais			(392) (1.481)
Receita aplicação financeira em investimento de curto prazo			(10.992) (13.371)
Reversão para redução ao provável valor de realização			(23.086) (20.254)
Tributos e contribuições sociais diferidos			— 29
Variações nas contas do ativo e passivo			
Imposto de renda e contribuição social compensáveis			(1.274) 15.394
Outros tributos compensáveis			3.386 9
Devedores diversos			(16) 10
Contas a receber de partes relacionadas			— 11.842
Despesas pagas antecipadamente			(9) (62)
Outros créditos			7.711 30
Fornecedores			(127.085) 4.464
Outros tributos a pagar			(273) 284
Pagamento de processos judiciais e outros			(235) (1.471)
Obrigações sociais e trabalhistas			9 (8)
Obrigações estimadas			(181) 190
Pesquisa e desenvolvimento			107 (2.101)
Outras obrigações			(109) 9
Juros resgatados de investimentos de curto prazo			14.700 11.847
Total das atividades operacionais			18.012 21.133
Caixa líquido atividades de investimentos			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível			(1.850) (31)
Aplicações em investimento de curto prazo			(323.690) (165.584)
Resgates de investimento de curto prazo			419.633 151.054
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados			(27) 523
Total das atividades de investimento			94.066 (14.038)
Atividades de financiamentos:			
Dividendos			(110.000) —
Total das atividades de financiamento			(110.000) —
Variação no caixa líquido da Companhia:			
Saldo no início do exercício			2.078 7.095
Saldo no final do exercício			7.151 56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012						
(Valores Expressos em milhares de reais - R\$)						
	Capital social	Opções de ações outorgadas	Reserva legal	Reserva de dividendos não distribuídos	Lucros/Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.015.223	100	—	—	(991.600)	23.723
Prejuízo líquido do exercício	—	—	—	—	(15.061)	(15.061)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.015.223	100	—	—	(1.006.661)	8.662
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	138.376	138.376
Pagamento de dividendos intercalares	—	—	—	—	(110.000)	(110.000)
Constituição da reserva legal	—	—	—	—	(1.712)	—
Constituição de reserva de dividendos não distribuídos	—	—	1.712	—	(26.664)	—
Redução de capital	(1.006.661)	—	—	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2013	8.562	100	1.712	26.664	—	37.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012					
(Valores Expressos em milhares de reais - R\$)					
	2013	2012		2013	2012
1. RECEITAS	188.928	—	Tributos (Governo)	20.731	1.856
Receita bruta de vendas de energia e serviços	188.928	—	Federais	17.789	456
Receita bruta de venda de energia	188.928	—	Imposto de renda e contribuição social	—	29
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(21.151)	5.091	Cofins	14.359	—
Matérias	(4.036)	(2.352)	Pis	3.117	—
Outros custos operacionais	21.457	21.396	INSS	216	353
Custo da energia comprada e transmissão	(4.561)	(1.170)	Encargos sociais - outros	97	74
Serviços de terceiros	(20.504)	(12.763)	Estaduais	2	27
Gás e transporte de gás	(13.507)	(20)	Outros	2	27
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	167.777	5.091	Municipais	3	—
4. RETENÇÕES	(24.737)	(24.680)	Outros	3	—
Depreciação e amortização	(24.737)	(24.680)	Encargos regulamentares da concessão	2.937	1.373
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	143.040	(19.589)	Taxa de fiscalização - ANEEL	1.239	1.373
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	12.876	14.608	P&D, Eficiência, FNDCT e EPE	1.698	—
Receitas financeiras	12.876	14.608	Remuneração do capital de terceiros	(5.160)	6.516
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	155.916	(4.981)	Juros	(5.242)	6.516
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	155.916	(4.981)	Aluguéis	82	—
Empregados (Colaboradores)	1.969	1.708	Remuneração do capital próprio	138.376	(15.061)
Salários e encargos	1.460	1.264	Prejuízos retidos	—	(15.061)
Honorários da diretoria	284	—	Constituição de reserva de lucros	28.376	—
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	127	380	Dividendos	110.000	—
Previdência privada	3	1			
FGTS	95	63			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira
(a) Moeda funcional e de apresentação
As informações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.
(b) Transações e saldos
As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas utilizando a moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base dos balanços.

3. Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente
Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, de receber caixa ou outro instrumento financeiro ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade sob determinadas condições.
Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento; ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.
Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados diretamente no resultado do exercício.
A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:
• Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado do exercício.
• Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o seu vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento.
• Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
• Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.
(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo
Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.
Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aquelles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica investimentos de curto prazo.
Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As rentas de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não houve nenhuma alteração no valor justo reconhecido no patrimônio líquido. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações financeiras são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Em 31 de dezembro de 2013, não houve nenhuma alteração no valor justo.

(b) Outras contas a receber
A Companhia classifica os saldos de outras contas a receber como instrumentos financeiros "empréstimos e recebíveis". Estes recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa (vide notas explicativas nos 5 e 13).
(c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia é o de efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento.

(d) Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros
Ativos financeiros são analisados em bases anuais para identificar potenciais mudanças que possam indicar redução no seu provável valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.
(e) Baixa de ativos financeiros
A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, a Companhia mantém esse ativo financeiro nas demonstrações contábeis e reconhece um passivo por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Imobilizado
Os bens do ativo imobilizado foram avaliados ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados. Conforme comentado na nota explicativa nº 1.2, o ativo imobilizado da Companhia encontra-se integralmente provisionado, sem uma previsão de reversão ao seu valor de custo.
A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.
A depreciação é calculada pelo método linear, por componente. Esta taxa de depreciação leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data-base de 31 de dezembro de 2013. Consequentemente, a medida em que a depreciação é registrada contra o resultado do exercício, a provisão para desvalorização (*impairment*) desses ativos também é revertida contra o resultado do exercício, tornando-se nulo o efeito no resultado do exercício.
O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.
O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou longa duração (ativos não financeiros)
A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o seu valor recuperável. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. O gerenciamento dos negócios da Companhia considera que trata-se de uma única unidade geradora de caixa.
Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que a Companhia opera. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, ainda, com investimentos futuros significativos que poderiam melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.
O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.4 Provisões
Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não, e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As despesas relativas a qualquer provisão são apresentadas na demonstração do resultado ou ao item qualificável do ativo ao qual esteja relacionada.
O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

(a) Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas
A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que haja desembolsos de recursos para liquidar o processo judicial ou administrativo e sobre os quais é possível realizar uma estimativa razoável do valor da provável saída de recursos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.5 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente
São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.
Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos de curto prazo; passivos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.
Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. No reconhecimento inicial de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são deduzidos os custos de transação diretamente relacionados posteriormente são valorizados ao custo amortizado.
A Companhia não tem registrado em 31 de dezembro de 2013 nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

(a) Liquidação de passivos financeiros
A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

3.6 Instrumentos financeiros - apresentação líquida
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Impostos sobre as vendas
As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:
• Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% (regime não cumulativo);
• Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6% (regime não cumulativo);
Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
(a) Imposto de renda e contribuição social correntes
A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período-base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.
A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos
Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e as bases fiscais de ativos e passivos. A expectativa de a Companhia gerar lucros tributáveis futuros para possibilitar o registro de impostos diferidos ativos são revistos no final de cada exercício.

3.9 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes
Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.
Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.
Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.10 Classificação dos ativos e passivos em circulante e não circulante
Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado como não circulante.

3.11 Pagamentos baseados em ações
A The AES Corporation mantém plano de remuneração a colaboradores próprios, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições préestabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela The AES Corporation são registradas na Companhia ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga.
O custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do período em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica que indica o compromisso futuro do controlador da Companhia de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações da The AES Corporation, exercidas pelos colaboradores da Companhia. O aporte dos recursos pela The AES Corporation, ocorre na entrega das ações para ou no exercício das opções pelos colaboradores. Após o aporte dos recursos, a reserva de capital constituída poderá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia em favor da The AES Corporation.

3.12 Reconhecimento da receita
As receitas de vendas incluem somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas, não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado. Em atendimento à Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009, a Reconciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida, está apresentada na Demonstração do Resultado, está demonstrada na nota explicativa nº 17.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica
A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador, conforme as bases contratadas, ocorre em bases mensais.

(b) Receita de juros
A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva pelo prazo decorrido sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.13 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)
De acordo com a Lei nº 9.991/2000 e posteriores atualizações, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo sobre a sua receita operacional líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.
As concessionárias de geração, as autorizadas à produção independente de energia elétrica e as concessionárias de transmissão ficam obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo 1% da ROL em projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados ao setor elétrico.

3.14 Lucro por ação
A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento CPC 41 (IAS 33) Resultado por ação.
O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade total de ações em circulação.

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode resultar em um ajuste significativo no valor contábil do correspondente ativo ou passivo em períodos futuros, principalmente, devido a mudanças nas circunstâncias ou a fatos novos.
As principais premissas e estimativas adotadas pela Companhia na elaboração de suas demonstrações contábeis são discutidas a seguir:

(a) Vida útil dos bens do imobilizado
Conforme descrito na nota explicativa nº 3.2, a Companhia utiliza os critérios estabelecidos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, na determinação da vida útil e do método de depreciação dos bens do ativo imobilizado.

(b) Perda por redução ao provável valor de recuperação de ativos não circulantes ou de longa duração
Uma perda por redução ao provável valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.3, o cálculo do valor justo menos os custos de vendas é baseado em informações disponíveis no mercado e o cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. A Administração da Companhia concluiu que não houve alteração no ambiente econômico-financeiro para possibilitar uma revisão dessa provisão (vide nota explicativa nº 1).

(c) Impostos
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários devido à sua complexidade, bem como a estimativa do valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, de acordo com as diretrizes do CPC 25, para possíveis consequências de auditorias realizadas pelas autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como: experiência de auditorias fiscais anteriores e divergência nas interpretações dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas divergências na interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes na respectiva jurisdição da Companhia.
Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

(d) Valor justo de instrumentos financeiros
O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.
O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.
Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota explicativa nº 22.

(e) Provisão para litígios
Conforme descrito na nota explicativa nº 3.4 (a), a Companhia reconhece provisão para litígios quando é provável que haja uma saída de recursos.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, devido a mudanças nas circunstâncias ou a fatos novos. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

(f) Transações com pagamentos baseados em ações
A Companhia mensura o custo de transações com funcionários liquidadas em ações com base no valor justo desses instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e determinadas premissas.

3.16 Demonstrações dos fluxos de caixa
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.17 Demonstração do resultado
A demonstração do resultado está apresentada pela natureza das despesas e receitas operacionais.

3.18 Novos pronunciamentos e interpretações
Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis:
• Alteração do IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Compensação de ativos e passivos financeiros.
• Alteração ao IFRS 10 - Entidades para Investimentos - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas: Entidades de Investimentos.
• IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos - Divulgação dos valores recuperáveis para ativos não financeiros.
Os possíveis impactos decorrentes dessa adoção serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário disponível	38	81
Certificado de depósitos bancários - CDB-DI (I)	2.121	—
Operação compromissada (I)	7.070	7.070
	9.229	7.151
Investimentos de curto prazo		
Certificado de depósitos bancários - CDB-DI (I)	28.188	34.813
Operação compromissada (I)	39.678	132.388
	67.866	167.201

(I) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas (*) foram remunerados em média, a 102,62% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (102,69% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

(*) Operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de venda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não mantinha linhas de financiamento comprometidas e não sacadas.

5. Outras contas a receber

	2013	2012
5.1 Composição do saldo		
Penalidade por falha de fornecimento de gás	4.248	4.248
Totais	4.248	4.248
5.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
	2013	2012
Penalidade por falha de fornecimento de gás	(4.248)	(4.248)
Total	(4.248)	(4.248)
5.3 Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento		
	Vencidos	PCLD
Acima de 90 dias	4.248	(4.248)
Total	4.248	(4.248)

Estes saldos fazem parte das negociações acerca do contrato de importação de gás com a YPF, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.

6. Consumidores, revendedores e permissionárias

	2013	2012
Descrição		
Contas a receber por venda de energia - CCEE (ativo)		
Ativo não circulante	33.121	33.121
Contas a pagar por compra de energia - CCEE (passivo)		
Passivo não circulante	(70.887)	(70.887)
Líquido a pagar	(37.766)	(37.766)
Transações		
CCEE - período de setembro de 2000 a janeiro de 2007 (I)		
Contas a receber por venda de energia	8.453	8.453
Contas a receber - encargos de serviço do sistema	25.286	25.286
Contas a pagar por compra de energia	(71.426)	(71.426)
Valores registrados com base na estimativa elaborada pela administração	(79)	(79)
Total das transações	(37.766)	(37.766)

(I) Os saldos decorrentes das compras e vendas de energia elétrica de curto prazo foram registrados no ativo circulante e não circulante (realizável a longo prazo) - contas a receber por venda de energia - CCEE e no passivo circulante e não circulante - contas a pagar por compra de energia - CCEE com base nas informações divulgadas pela CCEE e na estimativa elaborada pela Companhia.
Essas transações foram registradas de acordo com as informações disponibilizadas pela CCEE. Tais valores poderão sofrer alterações e ajustes em decorrência das informações efetivas a serem divulgadas pela CCEE, pois dependem de decisão de processos judiciais em andamento, movidos pela Companhia (vide nota explicativa nº 15) e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras de mercado em vigor no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002.
Em 18 de dezembro de 2002, a Companhia obteve liminar favorável em processo movido contra a CCEE, a ANEEL e o Operador Nacional do Sistema - ONS, assegurando a suspensão da liquidação financeira dos valores a pagar referente ao período de dezembro de 2000 a março de 2002 até que ocorra o encerramento das discussões judiciais a respeito.
A ANEEL promoveu a interposição de recurso de apelação em agosto de 2009, sendo protocolada, pela Companhia, petição de contra-razões ao recurso de apelação interposto pela ANEEL. Em novembro de 2009, os Autos foram remetidos ao Tribunal Regional Federal, e até 31 de dezembro de 2013 ainda estão aguardando decisão judicial (vide nota explicativa nº 15).

7. Outros créditos

	2013	2012
CIRCULANTE		
Cauções e depósitos vinculados	387	—
Subtotal	387	—
NÃO CIRCULANTE		
Direito de uso do gás (nota explicativa nº 8)	53.952	54.173
Subtotal	53.952	54.173
Total geral	54.339	54.173

8. Direito do uso do gás natural - ativo não circulante

A Companhia celebrou, em 30 de setembro de 1998, Contrato de Compra e Venda de Gás Natural com a Sulgás, concessionária de serviços de distribuição de gás no Estado do Rio Grande do Sul. A Sulgás tem a responsabilidade de importar o gás da Argentina fornecido pela YPF e revendê-lo para a Companhia. O prazo do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural é de 20 anos, com término previsto para 1º de dezembro de 2019. As obrigações de take-or-pay foram registradas até a suspensão das obrigações do contrato de fornecimento de gás.
A movimentação do saldo do direito de uso do gás, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foi a seguinte:

	Volume dam3	Custo R\$	Provisão R\$	Líquido R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2011	464.299	49.727	(49.727)	—
Variação cambial	—	4.446	—	4.446
(-) Provisão para redução ao provável valor de realização (nota explicativa nº 11)	—	—	(4.446)	(4.446)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	464.299	54.173	(54.173)	—
Reversão YPF (I)	—	(7.708)	—	(7.708)
(-) Reversão da provisão para redução ao provável valor de realização YPF (I)	—	—	7.708	7.708
Variação cambial	—	7.487	—	7.487
(-) Provisão para redução ao provável valor de realização (nota explicativa nº 11)	—	—	(7.487)	(7.487)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	464.299	53.952	(53.952)	—

(I) Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 em maio de 2013 foi proferida uma decisão favorável para a Companhia no Requerimento de Arbitragem contra a YPF. Com essa decisão, baseando-se na opinião de nossos assessores jurídicos, parte do valor contabilizado para as obrigações de take or pay foi revertido.

9. Tributos a recuperar

	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		
CIRCULANTE		
Imposto de renda	7.706	3.801
Total	7.706	3.801
NÃO CIRCULANTE		
Imposto de renda retido na fonte	—	3.335
Total	—	3.335
Outros tributos compensáveis		
NÃO CIRCULANTE		
Cofins	—	2.808
Pis	—	610
Total	—	3.418

10. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia é composto da seguinte forma:

	2013		2012	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

2013		
Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)		
Caixa e equivalentes de caixa	9.229	9.229 Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	67.866	67.866 Ativos financeiros disponíveis para venda
Concessionárias e outras contas a receber	37.369	37.369 Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	134	134 Empréstimos e recebíveis
Total	114.598	114.598
PASSIVO (Circulante e não circulante)		
Fornecedores	7.837	7.837 Passivos financeiros pelo custo amortizado
Contas a pagar por vendas e compras de energia - CCEE	70.887	70.887 Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	78.724	78.724

2012		
Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)		
Caixa e equivalentes de caixa	7.151	7.151 Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	167.201	167.201 Ativos financeiros disponíveis para venda
Concessionárias e outras contas a receber	37.369	37.369 Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	102	102 Empréstimos e recebíveis
Total	178.702	178.702
PASSIVO (Circulante e não circulante)		
Fornecedores	134.922	134.922 Passivos financeiros pelo custo amortizado
Contas a pagar por vendas e compras de energia - CCEE	70.887	70.887 Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	205.809	205.809

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação. O valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

22.3 Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	2013			
	Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO (Circulante e Não Circulante)				
Caixa e equivalentes de caixa	9.229	38	9.191	-
Investimentos de curto prazo	67.866	-	67.866	-
Total	77.095	38	77.057	-
2012				
Valor justo	Mensuração			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
ATIVO (Circulante e Não Circulante)				
Caixa e equivalentes de caixa	7.151	81	7.070	-
Investimentos de curto prazo	167.201	-	167.201	-
Total	174.352	81	174.271	-

22.4 Gerenciamento de riscos

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Técnicas de Nível 2 são utilizadas na mensuração de todos os investimentos de curto prazo da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Os principais controles que impactam as demonstrações contábeis da Companhia são revistos a cada quatro meses com base em testes de eficácia. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação com o intuito de implementá-los, com definição de prazos e alocação de responsabilidades para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva. Outro aspecto relevante de controle interno, diz respeito à segregação de funções, que é objeto de constante monitoramento através de sistema especializado.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (a) contas a receber de clientes; e (b) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

a) Contas a receber
Durante os meses em que a Companhia esteve em operação a energia produzida foi liquidada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia - CCEE. A liquidação financeira é realizada mensalmente pela CCEE e marca o momento de pagamento e recebimento de todos os débitos e créditos apurados no processo.
b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo
Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores. A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data-base de 31 de dezembro de 2013 foi:

	2013	2012
ATIVO		
Caixa e equivalentes de caixa	9.229	7.151
Investimentos de curto prazo	67.866	167.201
Concessionárias e outras contas a receber	37.369	37.369
Total da exposição líquida	114.464	211.721

(b.2) Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições. A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia.

Período findo em 31 de dezembro de 2013	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	7.837	-	-	-	-
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	-	-	70.887	-	-
Total	7.837	-	70.887	-	-

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2013.

(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b.4) Riscos de mercado

Riscos de taxas de juros
As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de dezembro de 2013.

	2013
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	9.191
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	67.866
Total da exposição líquida	77.057

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de dezembro de 2013 foi:

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros
Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 05 cenários diferentes. - Com base no relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2013, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2013, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 2013	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,24%	7,85%	10,47%	13,09%	15,71%
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	9.191	481	722	962	1.203	1.443
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	67.866	3.553	5.329	7.106	8.882	10.658
Subtotal		77.057	4.034	6.051	8.068	10.085	12.102

Risco de moeda

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 em maio de 2013 foi proferida uma sentença favorável para a Companhia no Requerimento de Arbitragem contra a YPF no Uruguai. Após a análise da Administração da Companhia, baseando-se no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, decidiu-se reverter as obrigações registradas no passivo para o resultado da Companhia. Essa obrigação estava registrada em dólar e era atualizada mensalmente pela variação da moeda, com a extinção desse passivo o risco de moeda para a Companhia também foi extinto.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

23. Seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	01/04/2013	01/04/2014	R\$ 2.000.000
Vida em grupo	01/01/2013	01/01/2015	25 X salário, limitado a R\$ 1.300
Responsabilidade civil geral	01/06/2013	01/06/2014	R\$ 30.000
Frota veículos - RCF	31/08/2013	01/04/2014	RCFV garantia única R\$ 1.000

Em linha com a política de contratação de seguros da Companhia, contratou-se apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O) visando garantir aos administradores o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, durante o exercício de suas atividades. A apólice está vigente até 01 de abril de 2014 e tem limite máximo de indenização de R\$50.000. O seguro foi contratado em nome da Brasileira, sendo que a mesma também abrange os executivos da Companhia. Desta forma, cada sociedade controlada pela Brasileira é responsável pelo pagamento de parte do prêmio da apólice, cujo critério para o rateio é definido em função do percentual de ativo total de cada uma das empresas.

24. Informações por segmento

A Administração da Companhia é responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia. A Companhia é administrada como uma única operação, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da venda de energia elétrica produzida. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar o desempenho da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Berned Raymond Da Santos Ávila
Presidente do Conselho

Britaldo Pedrosa Soares

Sheilly Caden Contente

DIRETORIA

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho
Diretor

Gustavo Duarte Pimenta
Diretor

Vitor Cuminato Filho
Diretor de Controladoria Corporativa
Newton Akira Fukumitsu
Contador - CRC 1SP-190768/O-4-S-RS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **AES Uruguiana Empreendimentos S.A.** Uruguiana - RS
Examinamos as demonstrações contábeis da AES Uruguiana Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AES Uruguiana Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases
Conforme mencionado na nota explicativa nº 6.1 às demonstrações contábeis, a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2013, no ativo não circulante, valores a receber no montante de R\$33.121 mil, e no passivo não circulante, valores a pagar no montante de R\$70.887 mil, relativos a transações de compra e venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, reconhecidas até 31 de dezembro de 2002. Esses valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE e podem estar sujeitos a modificações dependendo da decisão de processos judiciais em andamento movidos pela Companhia, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras de mercado em vigor para aquele período. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, nos últimos exercícios as operações da Companhia foram significativamente afetadas pelas interrupções de fornecimento de gás natural utilizado na produção de energia elétrica resultando em prejuízos operacionais recorrentes. Devido à deterioração financeira ocasionada pelo acréscimo significativo dos custos de energia elétrica a Companhia tomou a iniciativa de antecipar o encerramento dos contratos de venda de energia para 31 de dezembro de 2009. Em 01 de abril de 2009, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 11, essas condições adversas no ambiente econômico da Companhia, fizeram com que a sua Administração determinasse a paralisação das atividades operacionais e concluisse pela necessidade de registrar provisões para perda de recuperação no valor total de seus ativos de longo prazo, no montante de R\$ 453.800 mil, em 31 de dezembro de 2013. A Administração da Companhia vem buscando a implementação de medidas para equacionamento do fornecimento de gás, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. As demonstrações contábeis foram preparadas, no pressuposto do sucesso dessas medidas, e não incluem quaisquer outros ajustes relativos à realização e classificação dos demais ativos não alcançados pela provisão para perda de recuperação ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos caso a Companhia descontinuasse ou liquidasse seus negócios.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar para as companhias fechadas que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2014

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES Uruguiana Empreendimentos S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.600.202/0001-37, com sede na Rodovia BR 472, KM 576, CEP 97500-000, na cidade de Uruguiana, Estado do Rio Grande do Sul, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Uruguiana, 12 de fevereiro de 2014

Diretores:

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho
Diretor

Gustavo Duarte Pimenta
Diretor



UM RECONHECIMENTO QUE NOS ORGULHA

AES ELETROPAULO: DESDE 2005
AES TIETÊ: DESDE 2007